



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ANA BEATRIZ DELGADO SANTOS BEZERRA

ERA UMA VEZ UMA BIBLIOTECA NOCIVA:

A percepção dos bibliotecários sobre os riscos e doenças eminentes nas unidades
informacionais

Recife

2023

ANA BEATRIZ DELGADO SANTOS BEZERRA

**ERA UMA VEZ UMA BIBLIOTECA NOCIVA:
A percepção dos bibliotecários sobre os riscos e doenças eminentes nas
unidades informacionais**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Biblioteconomia, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Antonio de Souza Silva Junior

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Bezerra, Ana Beatriz Delgado Santos.

Era uma vez uma biblioteca nociva: A percepção dos bibliotecários sobre os riscos e doenças eminentes nas unidades informacionais / Ana Beatriz Delgado Santos Bezerra. - Recife, 2023.

59 p., tab.

Orientador(a): Antonio de Souza Silva Junior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Biblioteconomia, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Gerenciamento. 2. Riscos. 3. Doenças. 4. Norma regulamentadora. I. Silva Junior, Antonio de Souza. (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

ERA UMA VEZ UMA BIBLIOTECA NOCIVA: A percepção dos bibliotecários sobre os riscos e doenças eminentes nas unidades informacionais

ANA BEATRIZ DELGADO SANTOS BEZERRA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

TCC aprovado em 22 de setembro de 2023

Banca Examinadora:

Antônio de Souza Silva Júnior - Orientador(a)
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

Diego Andres Salcedo – Examinador(a) 1
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

Márcia Ivo Braz – Examinador(a) 2
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

Dedico este trabalho a meu avô, meu anjinho que está no céu, por sempre ter me ensinado a ser uma pessoa melhor, e ir em busca dos meus sonhos, assim como me apoiar na minha profissão e sempre ter tido orgulho de mim. E a minha avó que faz de tudo para me ver feliz, que sempre me ensinou e me ensina a viver de forma mais leve e de ver o lado bom da vida. E a mim, que enfrentei muitos obstáculos para chegar até aqui e mesmo assim não desisti.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, meu combustível diário que não me abandonou em nenhum momento e que sempre está presente na minha vida me encorajando a ser forte e corajosa.

A minha mãezinha do céu que foi alguém essencial para minha trajetória, sempre pedia a Maria Auxiliadora para me dar sabedoria e coragem para continuar na caminhada.

A minha família em especial minha mãe, pai, minha irmã, Marley, minha avó e meu avô *in memoriam*, que foram imprescindíveis na minha jornada acadêmica.

Aos meus amigos e amigas que me apoiaram; Sueli, Tayná, Pedrinho, Jeff, Renata, Paulo Thiago que em nenhum momento duvidaram da minha capacidade e que me encorajaram a continuar pois sabiam que iria dar certo.

Ao meu orientador que não mediu esforços para que eu chegasse até aqui, confiando de olhos fechados em mim, só tenho a agradecer o profissional competente, humano e amigo que ele foi e é para mim.

A minha amiga Allícyia que foi a minha dupla da faculdade, que me ajudou desde o início, não deixando que eu desistisse e confiando na minha competência.

Aos salesianos e aos colaboradores da empresa que eu trabalho, pelo incentivo e flexibilidade para que esse trabalho fosse realizado, assim como as jovens aprendizes que eu oriento, pela compreensão no período da escrita do TCC.

Aos docentes da Universidade Federal de Pernambuco, da coordenação de ciência da informação, que não mediram esforços para passar todo o conhecimento que eles detinham, assim como a paciência de cada um e o amor com que eles ensinam.

A Andreia Alcântara que me auxiliou na normatização do meu trabalho e por sua amizade, é maravilhoso ter você em minha vida.

“Nunca subestime a grande importância das coisas pequenas.”
HAIG, Matt. A biblioteca da meia-noite. Rio de Janeiro: Bertrand
Brasil, 2021.

RESUMO

As unidades informacionais estão sujeitas ao surgimento de doenças e riscos ligados ao trabalho. A literatura especializada se mostra incipiente nas pesquisas na área de saúde e segurança do trabalho, em especial associado às bibliotecas. Dessa forma, busca-se discutir acerca dos agentes de deterioração que podem afetar a saúde dos profissionais e até mesmo do acervo, bem como as dificuldades referentes a segurança e se o gerenciamento dos riscos e das doenças são realizados nessas unidades. Para tanto, foi realizado um estudo de caso qualitativo, bem como empregado um roteiro de entrevista semi-estruturado para investigar o gerenciamento de riscos na biblioteca universitária pública, sendo a pesquisa de caráter exploratório. As análises avaliadas mostram uma lacuna nas práticas de segurança do trabalho realizadas na unidade, além de falta de conhecimento dos entrevistados sobre as doenças e riscos provenientes desse ambiente. Portanto, faz-se necessário aplicar a norma regulamentadora 01, a partir dos preceitos cabíveis da biblioteca estudada, além de ministrar palestras, treinamentos e capacitações de forma contínua para que os bibliotecários adquiram conhecimento e que contribuam para a segurança do trabalho. Ademais, mostra-se importante realizar estudos futuros sobre a explanação desses problemas e ameaças a saúde do profissional bibliotecário.

Palavras-chave: Gerenciamento. Riscos. Doenças. Norma Regulamentadora.

ABSTRACT

Information units are subject to the emergence of illnesses and risks linked to work. Specialized literature appears to be incipient in research in the area of occupational health and safety, especially associated with libraries. In this way, we seek to discuss the agents of deterioration that can affect the health of professionals and even the collection, as well as difficulties regarding safety and whether risk and disease management are carried out in these units. To this end, a qualitative case study was carried out, as well as a semi-structured interview guide to investigate risk management in the public university library, with the research being exploratory in nature. The analyzed analyzes show a gap in the work safety practices carried out in the unit, in addition to a lack of knowledge among those interviewed about the diseases and risks arising from this environment. Therefore, it is necessary to apply regulatory standard 01, based on the applicable precepts of the studied library, in addition to providing lectures, training and qualifications on an ongoing basis so that librarians acquire knowledge and contribute to workplace safety. Furthermore, it is important to carry out future studies on the explanation of these problems and threats to the health of librarian professionals.

Keywords: Management. Scratches. Illnesses. Regulatory standard.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Norma Regulamentadora 01	40
Tabela 2 -	Planos de Ação	41
Tabela 3 -	Implementação e acompanhamento das medidas de prevenção	41
Tabela 4 -	Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores	42
Tabela 5 -	Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho	43
Tabela 6 -	Preparação para emergências	43
Tabela 7 -	Documentação	34
Tabela 8 -	Inventário de riscos ocupacionais	34
Tabela 9 -	Disposições gerais do gerenciamento de riscos ocupacionais	35
Tabela 10 -	Capacitação e treinamento em Segurança e Saúde no Trabalho	36
Tabela 11 -	Tempo e certificação	38
Tabela 12 -	Capacitações	39
Tabela 13 -	Treinamentos	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	JUSTIFICATIVA	16
1.2	OBJETIVO GERAL	16
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	DA BIBLIOTECA AO BIBLIOTECÁRIO	17
2.2	ACERVOS E AGENTES DE DETERIORAÇÃO: RISCOS À SAÚDE DO BIBLIOTECÁRIO E A PERDA	18
2.2.1	Fatores de Deterioração	19
2.2.1.1	<i>Fatores Ambientais – Umidade relativa e temperatura</i>	19
2.2.1.2	<i>Luminosidade</i>	20
2.2.1.3	<i>Qualidade do ar</i>	20
2.3.1	Agentes Biológicos – Fungos	20
2.3.1.1	<i>Roedores</i>	21
2.3.1.2	<i>Insetos</i>	21
2.4	SAÚDE, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	22
2.5	O GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS X GESTÃO DA BIBLIOTECA	24
2.6	RESPONSABILIDADE x DOENÇAS OCUPACIONAIS	41
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
4	ANÁLISES DAS ENTREVISTAS	45
4.1	GERENCIAMENTO DE RISCOS	45
4.2	RISCOS OCUPACIONAIS	46
4.3	CIPA	47
4.4	PLANO DE AÇÃO	48
4.5	EPI x EPC x INFORMAÇÃO x ACOMPANHAMENTO	49
4.6	MONITORAMENTO E MEDIDAS PREVENTIVAS	51
4.7	PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS DE EMERGÊNCIA	52
4.8	TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADO	59

1 INTRODUÇÃO

O ambiente da biblioteca é sujeito a periculosidades, dessa forma é necessário a análise das doenças e riscos ocupacionais causados na Biblioteca. Não há muitas pesquisas na área da ciência da informação, todavia, é imprescindível para todos os ambientes de trabalho e, conseqüentemente para a biblioteca. O bibliotecário é um profissional que manuseia e lida com informações, tanto físicas, quanto digitais. É um trabalho prático, físico e mental que pode desencadear doenças nos quais podem ocorrer riscos ocupacionais.

Uma revisão sistemática da literatura aponta para uma baixa produtividade sobre este tema, sendo um fator que acarreta a invisibilidade do fenômeno ocasionando o não reconhecimento dos problemas de saúde adquiridos pelos profissionais da informação. Percebe-se que as preocupações relacionadas ao bem-estar do profissional associadas ao ambiente de trabalho são fatores esquecidos também nas produções em Biblioteconomia. (SOUZA; SILVA, 2007, p.130 apud RAMOS, 2021, p. 84).

Com o período da explosão informacional, houve o crescimento de demandas no cotidiano do trabalho, além da iniciação da automatização das atividades do profissional bibliotecário, afetando desta forma sua integridade física e mental.

Sendo assim um desafio enfrentado por estes profissionais em decorrência destas transformações, além de o ambiente da biblioteca ser considerado insalubre por natureza, foi o aumento de doenças ocupacionais em virtude do ambiente e da rotina de trabalho. Somando-se a isto muitas instituições não adotam políticas no que tange a proteção à saúde do trabalhador ou as mesmas são ineficientes, o que agrava o problema (RAMOS, 2021).

Em virtude dos fatos mencionados, nota-se um desafio ao bibliotecário acerca dessas mudanças. Ademais, no ambiente de trabalho dessa profissão pode-se desenvolver riscos e doenças ocupacionais, visto que o seu cotidiano é trabalhoso e cansativo.

Percebe-se que determinadas instituições não aplicam as orientações sobre a segurança do trabalho, e se aplicam, é de forma incorreta, podendo acarretar mais problemas à saúde do trabalhador. Ramos (2021), realizou uma revisão sistemática da literatura e apontou uma baixa produção, vislumbrando uma invisibilidade sobre os problemas de saúde adquiridos pelos profissionais da informação.

Assim, observa-se que não há muitas pesquisas desenvolvidas na área de segurança do trabalho e acaba sendo algo invisível, que pode gerar impacto na área da ciência da informação, e na segurança do trabalho.

A Segurança do Trabalho pode ser entendida como o conjunto de medidas adotadas, visando minimizar os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho das pessoas envolvidas (PEIXOTO, 2011, p.15).

Visto que, a atuação do profissional bibliotecário no tratamento da informação e a disponibilização para os usuários, independe do suporte informacional, mostra-se necessário debater sobre alguns questionamentos: Quais os agentes de deterioração que podem apresentar os acervos e conseqüentemente prejudicar a saúde do trabalhador? Quais as dificuldades dos bibliotecários relacionadas à segurança? Como é feito o gerenciamento dos riscos e das doenças na biblioteca?

Este trabalho então, tem por objetivo analisar o gerenciamento de doenças e riscos ocupacionais a que os bibliotecários estão expostos, um caso de uma biblioteca vinculada à instituição pública de ensino superior.

1.1 JUSTIFICATIVA

A reflexão sobre as doenças e riscos ocupacionais é de grande relevância, visto que os profissionais da informação devem conhecer e entender os perigos provenientes do seu ambiente de trabalho, que podem desencadear problemas à sua saúde.

Dessa forma, é imprescindível, estudar e analisar esse assunto, já que não é muito discutido no ambiente de uma unidade informacional e apresentar aos profissionais, os riscos que eles estão sujeitos no próprio ambiente de trabalho, para que eles se previnam, adotando um Programa de Gerenciamento de riscos, usando como por exemplo, EPI's - Equipamentos de proteção individual -, a fim de que seja evitado riscos e doenças de larga escala; com intuito de preservar a saúde, colocando em prática a segurança do trabalho.

É necessário mostrar aos gestores da biblioteca a importância desse Gerenciamento de Riscos, para que seja aplicada na unidade informacional, caso não exista. E se existir, analisar se há falhas ou não acerca da gestão.

A construção do trabalho foi pensada e feita a partir dos conhecimentos em Segurança do Trabalho, devido à realização de um curso técnico no IFPE- Instituto Federal de Pernambuco, e pelo gosto do curso técnico, assim como a paixão pela graduação de Biblioteconomia.

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar o gerenciamento de doenças e riscos ocupacionais a que os bibliotecários estão expostos.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os riscos ocupacionais da biblioteca;
- Observar as doenças e riscos adjacentes ligados aos agentes deterioração dos acervos da unidade de informação, tais como infestação de insetos, roedores que afete (a)m o profissional da informação;
- Averiguar as medidas de segurança do trabalho e o gerenciamento de riscos nas unidades informacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DA BIBLIOTECA AO BIBLIOTECÁRIO

A partir do início da humanidade, o homem já tinha a necessidade de registrar e memorizar os seus conhecimentos para que estes fossem vistos por todos aqueles que ainda estavam por vir. A biblioteca surgiu para disseminação de conhecimento, sendo um lugar de grande importância visto que é nela que se preserva e conserva os documentos.

Desde o início da humanidade o homem preocupou-se em registrar o conhecimento por ele produzido. A relevância da biblioteca para a preservação e conservação do conhecimento é inquestionável sendo conferida ao bibliotecário a missão de realizar os processos de organização, preservação e disseminação de todo o conhecimento registrado (RAMOS, 2021, p.85).

A biblioteca universitária é um lugar para atender as necessidades dos usuários, sendo eles estudantes, professores e funcionários. “as bibliotecas são espaços de preservação do patrimônio intelectual, literário, artístico e científico das sociedades e apresentam uma relação indissociável com as universidades.” (HUBNER; KUHN, 2017, p.51)

É por meio delas que se concentram o maior número de informações e histórias para formação dos usuários que a frequentam. Assim como também engloba a memória, em alguns casos, quando se há um local para obras raras, obras antigas que se tem grande valor histórico.

Na sociedade da informação os sujeitos que possuem habilidades e competências em buscar, acessar, recuperar, compartilhar e se apropriar da informação, destacam-se em relação a outros sujeitos. Dessa maneira, a informação tornou-se, para essa sociedade, um elemento de valor, um diferencial para aquele que a detém. Assim, a informação é aqui compreendida como elemento capaz de gerar conhecimento, uma vez apreendida e apropriada devidamente pelos sujeitos (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014, p.36).

O papel do profissional da informação é essencial para a sociedade, visto que são profissionais que disseminam informações para o crescimento do conhecimento do seu usuário. Com a chegada das Tecnologias da Informação e da Comunicação - TIC's, o bibliotecário começou também a ser inserido na área tecnológica, como já havia uma grande demanda física, passou a ter também demandas digitais, e isso requer mais esforço do profissional da informação, mais tempo de frente a um eletrônico, podendo desencadear ainda mais riscos e doenças para sua saúde.

“Em se tratando das bibliotecas a rotina laboral do profissional da informação foi impactada com a automação de seus serviços (década de 1990) e o consequente aumento da demanda de trabalho.” (RAMOS, 2021, p. 83)

Não só como os profissionais bibliotecários, mas o seu vasto acervo, e o próprio prédio onde está localizada a biblioteca, pode sofrer riscos e doenças, relacionadas aos agentes físicos, químicos, biológicos, riscos de acidentes, ergonômico e ambiental.

2.2 ACERVOS E AGENTES DE DETERIORAÇÃO: RISCOS À SAÚDE DO BIBLIOTECÁRIO E A PERDA

O acervo é o que se tem de precioso no ambiente da biblioteca, muitas vezes é a memória, a lembrança de determinada história, ou assunto. E é imprescindível que se preserve e conserve toda essa história. Dessa forma, deve-se aplicar medidas de segurança, assim como diagnósticos de conservação, além de analisar se aquele acervo corre perigo e se o próprio profissional bibliotecário corre o risco, devido aos agentes de deterioração.

Os agentes de deterioração surgem na maioria das vezes em busca de alimentos que são encontrados no próprio papel, assim como nas colas utilizadas, na não higienização do ambiente e do próprio suporte. “O papel, por mais variada que possa ser sua composição, é formado basicamente por fibras de celulose provenientes de diferentes origens.” (CASSARES, p.13,2000)

O papel formado por celulose oxida e fica ácido facilmente. O Ph do papel deve estar entre 6,5 e 8,5 não podendo estar abaixo de seis, por conta da acidez e maior que oito e meio por ficar com uma alcalinidade alta podendo danificar o papel.

A acidez e a oxidação são os maiores processos de deterioração química da celulose. Também há os agentes físicos de deterioração, responsáveis pelos danos mecânicos dos documentos. Os mais frequentes são os insetos, os roedores e o próprio homem (CASSARES, 2000, p. 13).

Os documentos acabam em uma instabilidade física e química devido aos agentes de deterioração.

A degradação da celulose ocorre quando agentes nocivos atacam as ligações celulósicas, rompendo-as ou fazendo com que se agreguem a elas novos componentes

que, uma vez instalados na molécula, desencadeiam reações químicas que levam ao rompimento das cadeias celulósicas (CASSARES, 2000, p. 13).

Mesmo não podendo interromper todo o processo de degradação, pode-se diminuir a velocidade em que se ocorre. Dessa forma, deve-se saber quais os fatores de deterioração e como fazer para que eles não ocorram.

2.2.1 Fatores de Deterioração

Entre os fatores de deterioração serão abordados os fatores ambientais que estão relacionados a temperatura, a umidade do ar, a radiação da luz e a qualidade do ar e os agentes biológicos que são os insetos, roedores e os fungos.

2.2.1.1 Fatores Ambientais – Umidade relativa e temperatura

O calor e a umidade são fatores determinantes para a deterioração do suporte papel, quando a temperatura não permanece constante a fibra do papel vai contrair e expandir podendo resultar na quebra do papel. “O desequilíbrio de um interfere no equilíbrio do outro. O calor acelera a deterioração. ” (CASSARES, 2000, p. 14)

É necessário fazer o monitoramento da temperatura e da umidade relativa do ar visto que a instabilidade de ambos pode ocasionar na deterioração do suporte. “O mais recomendado é manter a temperatura o mais próximo possível de 20°C e a umidade relativa de 45% a 50%, evitando-se de todas as formas as oscilações de 3°C de temperatura e 10% de umidade relativa. ” (CASSARES, 2000, p. 15)

Importante ressaltar que a circulação do ar é imprescindível para que diminua os efeitos da temperatura e da umidade relativa do ar e não haja a degradação dos suportes.

2.2.1.2 Luminosidade

Toda iluminação emite radiação que pode ser prejudicial ao próprio suporte (documento, livros), ou até para o próprio bibliotecário. A radiação direta pode degradar o suporte visto que seus raios ultravioletas são prejudiciais, enfraquecendo o papel, amarelando e impedindo as vezes a sua leitura. “O componente da luz que mais merece atenção é a radiação ultravioleta (UV). Qualquer exposição à luz, mesmo que por pouco tempo, é nociva e o dano é cumulativo e irreversível.” (CASSARES, 2000, p. 15)

Deve-se haver o monitoramento da luminosidade por meio de equipamentos específicos de medição como o luxímetro ou fotômetro. Outros passos a serem seguidos seriam a implementação de cortinas para que a iluminação não entre em contato direto com o documento. Utilização de filtros especiais nas janelas e nas lâmpadas. Seguindo essas recomendações será evitado o desgaste rápido do documento.

2.2.1.3 Qualidade do ar

É necessário haver a gestão da qualidade do ar, pois os poluentes contribuem para a degradação dos acervos da biblioteca e para a saúde do profissional da informação. “Há dois tipos de poluentes – os gases e as partículas sólidas – que podem ter duas origens: os que vêm do ambiente externo e os gerados no próprio ambiente.” (CASSARES, 2000, p. 16)

Esses poluentes causam reações químicas que como consequência trazem a acidez para o suporte e tornam-os quebradiços, além da alteração de tonalidade deixando o texto do suporte ilegível.

2.3.1 Agentes Biológicos – Fungos

Os agentes biológicos são divididos em fungos, roedores e insetos. “Os fungos são organismos que se reproduzem através de esporos e de forma muito intensa e rápida dentro de

determinadas condições. Como qualquer outro ser vivo, necessitam de alimento e umidade para sobreviver e proliferar. ” (CASSARES, 2000, p. 17)

Os alimentos são encontrados no papel oriundos dos restos de cola, dos pigmentos, tecidos e couros. A umidade contribui para o surgimento dos fungos, assim como a falta de circulação e de higiene criando um ambiente propício para eles.

2.3.1.1 Roedores

Os roedores aparecem normalmente pela falta de higiene do ambiente, assim como pela não monitoração da umidade e temperatura. Dessa forma, é importante que se tenha um cronograma de limpeza do ambiente, tal como seja feita a vedação de portas e janelas.

As iscas são válidas, mas para que surtam efeito devem ser definidas por especialistas em zoonose. O produto deve ser eficiente, desde que não provoque a morte dos roedores no recinto (CASSARES, p.19, 2000).

Caso haja a morte do roedor no recinto, pode prejudicar a saúde do profissional, bem como a do acervo pelo mau cheiro do animal, assim como pode atrair insetos.

É importante que seja feita uma prevenção para que esse tipo de animal não tenha acesso ao acervo, visando cuidar da memória.

2.3.1.2 Insetos

As baratas e as brocas são insetos que causam grande danos aos documentos e livros. Assim como os cupins “...se instalam em ambientes com índices de temperatura e umidade relativa elevados, ausência de boa circulação de ar, falta de higienização e pouco manuseio dos documentos. ” (CASSARES, p.21, 2000).

As brocas contaminam muito rapidamente, dessa forma deve-se fazer o isolamento do suporte o mais rápido possível.

Estes insetos precisam ser muito bem controlados: por mais que se higienize o ambiente e se removam as larvas e resíduos, corre-se o risco de não eliminar totalmente os ovos. Portanto, após a higienização, os documentos devem ser revistos de tempos em tempos (CASSARES, p.20, 2000)

A aplicação de venenos só deve ser feita por profissionais da área, visto que pode acarretar danos ao acervo. Vale salientar que a higienização do ambiente é um dos pontos mais importantes para evitar todos esses insetos.

É fundamental conhecer as propriedades dos materiais para saber o que aplicar no processo de conservação. O conhecimento básico sobre conservação vai ajudar a entender que procedimento seguir de acordo com suas propriedades, além de manter programas de controle ambiental, de infestações e higienização do ambiente e do documento.

Todos os profissionais de bibliotecas e arquivos devem ter noções básicas de conservação dos documentos com que lidam, seja para efetivamente executá-la, seja para escolher os técnicos capazes de fazê-lo, controlando seu trabalho (CASSARES, p.22, 2000).

Dessa forma, vale ressaltar a importância do entendimento acerca dos assuntos de conservação dos documentos, visto que são essenciais para utilização nas unidades de informação, evitando-se o desgaste do material, assim como prejudicar a saúde do profissional.

2.4 SAÚDE, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A segurança é imprescindível para o homem que vive num ambiente com vários perigos iminentes. Posto isso, exige-se que o homem conheça os riscos que o rodeiam para que possa tratá-los da melhor forma possível. A segurança do trabalho só é vista de forma grave quando existe um acidente de trabalho sério.

“...é o fato da segurança do trabalho, culturalmente, ser vista de forma legalista, porque há uma legislação a cumprir, e fatalista, porque somente a partir de algo grave, como os acidentes, é que se dá a importância devida.” (WEBSTER, p.04,2001).

A segurança do trabalho veio realmente à tona com a revolução industrial, muitos trabalhadores sofriam acidentes ou desenvolviam doenças decorrentes das atividades desenvolvidas no cotidiano.

Os acidentes do trabalho e/ou doenças ocupacionais que tantos custos sociais trazem a uma nação, não são problemas apenas contemporâneos. Anteriormente à revolução industrial os acidentes mais graves eram devidos à afogamentos, queimaduras, quedas e lesões devido a animais. (WEBSTER, p.10, 2001)

Mesmo com o avanço das tecnologias o homem ainda está sujeito aos riscos e doenças, visto que é necessário descobrir quais os possíveis riscos e doenças que podem desenvolver pelo uso das novas tecnologias, assim como máquinas e equipamentos.

O SESMT - Serviço Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho, reúne profissionais qualificados na aplicação de rotinas de saúde e segurança do trabalho, a presença do SESMT vai depender da quantidade de funcionários e o grau de risco da atividade principal da empresa.

De acordo com o Art. 4.1 da Norma Regulamentadora 4 (NR-04) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT):

As empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

É necessário que os bibliotecários saibam dos seus direitos referente a segurança do trabalho e entendam a importância dela nas suas atividades e nas suas vidas.

2.5 O GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS X GESTÃO DA BIBLIOTECA

As normas regulamentadoras foram criadas na década de 70, com o intuito de diminuir os acidentes que andavam ocorrendo por causa da revolução industrial, onde as máquinas predominaram no meio industrial, aumentando a linha de produção.

Os colaboradores não tinham acesso ao fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva, com o aumento do meio de produção, a demanda foi crescendo e os trabalhadores estavam gradualmente mais esgotados, com a rotina tomando grandes proporções, totalizando em doenças e riscos à saúde e segurança, afetando o bem-estar dos mesmos.

Toda norma elaborada, fala sobre os direitos e deveres do empregador e do empregado, é importante que sejam frisados para que não haja falta de informação entre ambas as partes.

A NR-01 é a norma regulamentadora que aborda sobre as disposições gerais e o gerenciamento de riscos ocupacionais. Seu objetivo é estabelecer a área de cumprimento, às palavras, conceitos e determinações gerais das obrigações de saúde e segurança do trabalho.

As NR são de observância obrigatória pelas organizações e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Quanto aos direitos e deveres do empregador temos:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;
- b) informar aos trabalhadores: I. os riscos ocupacionais existentes nos locais de trabalho; II. as medidas de prevenção adotadas pela empresa para eliminar ou reduzir tais riscos; III. os resultados dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico aos quais os próprios trabalhadores forem submetidos; e IV. os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.

Nem sempre é dito os riscos eminentes na área de trabalho, nem muito menos é feita a avaliação ambiental, compete aos empregadores certificar os seus empregados sobre os riscos e doenças que a sua atividade pode desencadear no decorrer da vida.

- c) elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência aos trabalhadores;

- d) permitir que representantes dos trabalhadores acompanhem a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;
- e) determinar procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho, incluindo a análise de suas causas;

Deve-se analisar, se há ordens de serviços sobre segurança do trabalho dirigida aos trabalhadores, bem como se os profissionais acompanham a fiscalização de acordo com as normas regulamentadoras. É importante que sejam desenvolvidas ações preventivas de saúde e segurança do trabalho.

Ademais, é necessário que se estabeleça estratégias para serem aplicadas quando houver ocorrências e doenças relativas à atividade desenvolvida, além da investigação das circunstâncias do acidente. Como vemos na NR-01:

- f) disponibilizar à Inspeção do Trabalho todas as informações relativas à segurança e saúde no trabalho; e
- g) implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: I. eliminação dos fatores de risco; II. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas de proteção coletiva; III. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; e IV. adoção de medidas de proteção individual.

É fundamental que se viabilize a perícia feita sobre a saúde e segurança, garantindo o emprego de precauções de proteção individual, coletiva e administrativa. Cabe ao trabalhador:

- a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador; b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR; c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

1.4.4 Todo trabalhador, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique em alteração de risco, deve receber informações sobre: a) os riscos ocupacionais que existam ou possam originar-se nos locais de trabalho; b) os meios para prevenir e controlar tais riscos; c) as medidas adotadas pela organização; d) os procedimentos a serem adotados em situação de emergência; e

- e) os procedimentos a serem adotados, em conformidade com os subitens 1.4.3 e 1.4.3.1. 1.4.4.1 As informações podem ser transmitidas: f) durante os treinamentos; e g) por meio de diálogos de segurança, documento físico ou eletrônico.

Para que o trabalhador consiga cumprir os seus deveres e obrigações ele deverá estar ciente das normas regulamentadoras, dessa forma é imprescindível que o empregador informe aos seus colaboradores sobre as disposições legais, assim como orientar acerca das NR's. Bem como, o trabalhador deve passar por exames médicos periódicos, além de utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI) e os de proteção coletiva (EPC), a depender do risco eminente daquela atividade.

Caso haja mudança de função, esse trabalhador deve ser comunicado e inteirado dos riscos que podem vir a correr ao exercer suas atividades daquela obrigação. Além disso, é necessário informar os procedimentos indispensáveis para monitorar os riscos, bem como as informações sobre as normas empregadas em caso de emergência. Todos os comunicados podem ser repassados por documento físico ou eletrônico, em treinamentos e em comunicações de segurança. Conforme vemos abaixo na NR-01:

1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais

1.5.1 O disposto neste item deve ser utilizado para fins de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais.

1.5.2 Para fins de caracterização de atividades ou operações insalubres ou perigosas, devem ser aplicadas as disposições previstas na NR-15 – Atividades e operações insalubres e NR-16 – Atividades e operações perigosas.

1.5.3 Responsabilidades

1.5.3.1. A organização deve implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades.

1.5.3.1.1 O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR.

1.5.3.1.1.1 A critério da organização, o PGR pode ser implementado por unidade operacional, setor ou atividade.

1.5.3.1.2 O PGR pode ser atendido por sistemas de gestão, desde que estes cumpram as exigências previstas nesta NR e em dispositivos legais de segurança e saúde no trabalho, planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho.

O Gerenciamento de riscos é essencial para o âmbito profissional, pois controlando e gerenciando os riscos e doenças é possível estabilizar os acidentes de trabalho e as doenças decorrentes da função das atividades exercidas. Esse gerenciamento deve conter um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, a empresa deve elaborá-lo seja por centro operacional,

departamento ou ocupação, podendo ser acompanhado por sistemas de gestão, desde que sigam as diretrizes da NR. Consoante vemos abaixo a NR-01:

1.5.3.2 A organização deve: a) evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho; b) identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde; c) avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco; d) classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção; e) implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na alínea “g” do subitem 1.4.1; e f) acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.

1.5.3.2.1 A organização deve considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17.

1.5.3.3 A organização deve adotar mecanismos para: a) consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver; e (redação vigente até 19 de março de 2023) a) consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA, quando houver; e (Portaria MTP nº 4.219, de 20 de dezembro de 2022 - redação que entra em vigor no dia 20 de março de 2023) b) comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR.

1.5.3.4 A organização deve adotar as medidas necessárias para melhorar o desempenho em SST.

1.5.4 Processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais

1.5.4.1 O processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais deve considerar o disposto nas Normas Regulamentadoras e demais exigências legais de segurança e saúde no trabalho.

É importante que seja feito o levantamento dos riscos existentes no ambiente de trabalho, bem como averiguar as possíveis causas de doenças e lesões ao colaborador. Ademais, é imprescindível analisar, avaliar e classificar os riscos, tal como compreender a gravidade dos mesmos para realizar a aplicação das medidas de controle seguindo a prevalência do maior risco.

A instituição tem de levar em consideração os termos da NR-17 para os cenários de trabalho além de sondar os colaboradores acerca dos riscos ocupacionais sendo capaz de dispor das medidas da CIPA-Comissão Interna de Acidentes de Trabalho, se houver. Deve-se relatar os riscos que foram consistentes no inventário de riscos e adotar as regras do Plano de Gerenciamento de riscos. Conforme vemos abaixo a NR-01:

1.5.4.2.1 O levantamento preliminar de perigos deve ser realizado: a) antes do início do funcionamento do estabelecimento ou novas instalações; b) para as atividades existentes; e c) nas mudanças e introdução de novos processos ou atividades de trabalho.

1.5.4.2.1.1 Quando na fase de levantamento preliminar de perigos o risco não puder ser evitado, a organização deve implementar o processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais, conforme disposto nos subitens seguintes.

1.5.4.2.1.2 A critério da organização, a etapa de levantamento preliminar de perigos pode estar contemplada na etapa de identificação de perigos.

1.5.4.3 Identificação de perigos

1.5.4.3.1 A etapa de identificação de perigos deve incluir: a) descrição dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde; b) identificação das fontes ou circunstâncias; e c) indicação do grupo de trabalhadores sujeitos aos riscos.

1.5.4.3.2 A identificação dos perigos deve abordar os perigos externos previsíveis relacionados ao trabalho que possam afetar a saúde e segurança no trabalho.

1.5.4.4 Avaliação de riscos ocupacionais

1.5.4.4.1 A organização deve avaliar os riscos ocupacionais relativos aos perigos identificados em seu(s) estabelecimento(s), de forma a manter informações para adoção de medidas de prevenção.

1.5.4.4.2 Para cada risco deve ser indicado o nível de risco ocupacional, determinado pela combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência.

1.5.4.4.2.1 A organização deve selecionar as ferramentas e técnicas de avaliação de riscos que sejam adequadas ao risco ou circunstância em avaliação.

1.5.4.4.3 A graduação da severidade das lesões ou agravos à saúde deve levar em conta a magnitude da consequência e o número de trabalhadores possivelmente afetados.

1.5.4.4.3.1 A magnitude deve levar em conta as consequências de ocorrência de acidentes ampliados.

1.5.4.4.4 A graduação da probabilidade de ocorrência das lesões ou agravos à saúde deve levar em conta: a) os requisitos estabelecidos em Normas Regulamentadoras; b) as medidas de prevenção implementadas; c) as exigências da atividade de trabalho; e d) a comparação do perfil de exposição ocupacional com valores de referência estabelecidos na NR-09.

1.5.4.4.5 Após a avaliação, os riscos ocupacionais devem ser classificados, observado o subitem

1.5.4.4.2, para fins de identificar a necessidade de adoção de medidas de prevenção e elaboração do plano de ação.

1.5.4.4.6 A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações: a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais; b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes; c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção; d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho; e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

1.5.4.4.6.1 No caso de organizações que possuem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.

O levantamento de riscos é uma etapa que deve ser feita antecipadamente levando em consideração o horário de trabalho, para que não prejudique nenhum colaborador. Caso nessa etapa não conseguir preservar-se, será necessário iniciar a próxima etapa que é a de identificação dos perigos. Em algumas instituições a etapa de identificação já contempla a de levantamento de riscos.

Na identificação de riscos, é necessário incluir toda a definição dos mesmos, saber quais lesões ou males à saúde aquela atividade pode trazer, qual a fonte ou eventualidades que podem acontecer, além de separar os colaboradores por grupos que são mais propensos a contrair doenças ou sofrer acidentes (a depender de idade, doenças preexistentes, etc.)

Deve-se analisar os perigos internos e externos que podem vir a ocorrer no ambiente ocupacional, bem como nos seus arredores. Na avaliação dos riscos ocupacionais, ocorre a partir da classificação dos riscos e as possíveis lesões para que sejam adotadas medidas preventivas. Os riscos devem ser classificados por nível de risco e de acordo com a frequência da sua ocorrência.

Ademais, a instituição precisa separar os equipamentos de proteção para evitar as possíveis lesões decorrentes dos acidentes de trabalho, bem como as doenças ocupacionais. O aumento das lesões consequentes dos acidentes deve levar em consideração a amplitude dos mesmos, assim como dos colaboradores afetados.

O aumento progressivo da eventualidade dos males causados em detrimento aos riscos e doenças precisa considerar as exigências das normas, os critérios preventivos elaborados, os requisitos de trabalho, e a analogia da forma de mostra ocupacional com valor de referência disposto na NR-09.

A fase de classificação é necessária para saber a necessidade de aplicar e desenvolver prevenção e o plano de ação respectivamente. A análise deve ser constante e sempre ser inspecionada num período de tempo de dois anos ou a depender de ocasiões como após adoção de medidas preventivas para averiguar riscos residuais, depois de mudanças nos ambientes de trabalho, assim como nas tecnologias, nos métodos, circunstâncias que acarretem ou alterem os riscos vigentes.

Ademais, quando existem incoerências, problemas e inaplicabilidade das medidas preventivas, assim como em episódios de acidentes e doenças de trabalho, além de alteração das normas legais. Já em instituições que dispuser de certificados no sistema de gestão de segurança, terá um período de três anos.

Tabela 1-Norma Regulamentadora 01

NR-01 GERENCIAMENTO DE RISCOS	DESCRIÇÃO
<p>1.5.5. Controle dos riscos 1.5.5.1. Medidas de prevenção 1.5.5.1.1</p>	<p>A organização deve adotar medidas de prevenção para eliminar, reduzir ou controlar os riscos sempre que: a) exigências previstas em Normas Regulamentadoras e nos dispositivos legais determinarem; b) a classificação dos riscos ocupacionais assim determinar, conforme subitem 1.5.4.4.5; c) houver evidências de associação, por meio do controle médico da saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificados.</p>
<p>1.5.5.1.2</p>	<p>Quando comprovada pela organização a inviabilidade técnica da adoção de medidas de proteção coletiva, ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, deverão ser adotadas outras medidas, obedecendo-se a seguinte hierarquia: a) medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho; e b) utilização de equipamento de proteção individual - EPI.</p>
<p>1.5.5.1.3</p>	<p>A implantação de medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informação aos trabalhadores quanto aos procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de prevenção.</p>

Fonte: NR-01 (2022).

O controle de riscos deve ser feito por meio das medidas de prevenção, a instituição necessita aplicar as medidas para acabar ou diminuir os riscos toda vez que houver requisitos da norma regulamentadora e ações legais estabelecidas. A classificação dos riscos ocupacionais

(a depender do nível); caso haja indício de ligação através da direção médica, de lesões ou da piora da saúde dos colaboradores com os perigos e ocorrências da atividade identificada.

Se não houver medidas de proteção coletiva evidenciada pela instituição, ou caso não forem capazes ou estiverem em fase de análise, de elaboração ou de modo a acrescentar ou em uma eventualidade, precisará experimentar diferentes parâmetros de segurança, como: administrativo, de ordem de trabalho, uso de dispositivos individuais, como luvas e máscaras. As inserções de medidas preventivas devem ser acompanhadas pelos colaboradores para saber quais métodos serão utilizados e quais as barreiras dessas medidas.

Tabela 2- Planos de Ação

<p>1.5.5.2. Planos de ação 1.5.5.2.1</p>	<p>A organização deve elaborar plano de ação, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, conforme o subitem 1.5.4.4.5.</p>
<p>1.5.5.2.2</p>	<p>Para as medidas de prevenção deve ser definido cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados.</p>

Fonte: NR-01 (2022).

A instituição precisa elaborar o plano de ação para que as medidas sejam inseridas, melhoradas ou sustentadas. É importante que sejam estabelecidas etapas para seguimento e verificação dos resultados. É imprescindível que todas as medidas aplicadas sejam seguidas de forma programada e assistida a sondagem do que foi idealizado; a constatação dos recursos; as investigações dos ambientes e das ferramentas de trabalho; o controle do cenário ambiental e dos fatores nocivos caso seja cabível.

Tabela 3- Implementação e acompanhamento das medidas de prevenção

<p>1.5.5.3 Implementação e acompanhamento das medidas de prevenção 1.5.5.3.1</p>	<p>A implementação das medidas de prevenção e respectivos ajustes devem ser registrados. 1.5.5.3.2 O desempenho das medidas de prevenção deve ser acompanhado de forma planejada e contemplar: a) a verificação da execução das ações planejadas; b) as inspeções dos locais e equipamentos de trabalho; e c) o</p>
--	---

	monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.
1.5.5.3.2.1	As medidas de prevenção devem ser corrigidas quando os dados obtidos no acompanhamento indicarem ineficácia em seu desempenho.

Fonte: NR-01 (2022).

As medidas preventivas devem ser reparadas, se as informações adquiridas no controle apontarem ineficiência na prática. No acompanhamento da saúde do trabalho dos colaboradores, a entidade tem de gerar ações em prol da saúde do trabalhador ligadas às medidas preventivas da segurança do trabalho, consoante aos perigos originados do trabalho. O gerenciamento da saúde dos colaboradores deve ser uma maneira preventiva programada, sistematizada e contínua, em conformidade com a classificação dos riscos.

Tabela 4- Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores

1.5.5.4 Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 1.5.5.4.1	A organização deve desenvolver ações em saúde ocupacional dos trabalhadores integradas às demais medidas de prevenção em SST, de acordo com os riscos gerados pelo trabalho.
1.5.5.4.2	O controle da saúde dos empregados deve ser um processo preventivo planejado, sistemático e continuado, de acordo com a classificação de riscos ocupacionais e nos termos da NR-07.

Fonte: NR-01(2022).

Tabela 5-Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho

1.5.5.5. Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 1.5.5.5.1	A organização deve analisar os acidentes e as doenças relacionadas ao trabalho.
1.5.5.5.2	As análises de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho devem ser documentadas e: a) considerar as situações geradoras dos eventos, levando em conta as atividades efetivamente desenvolvidas, ambiente de trabalho, materiais e organização da produção e do trabalho; b) identificar os fatores relacionados com o evento; e c) fornecer evidências para subsidiar e revisar as medidas de prevenção existentes.

Fonte: NR-01 (2022).

Na análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, é importante que ocorra a fundamentação e que se avalie todas as ocorrências que origine os acidentes, tendo em vista as atribuições verdadeiramente produzidas, local de trabalho, instrumentos e planejamento da construção e do trabalho, averiguar as causas dos acidentes e viabilizar as provas para estudo e reavaliar as medidas preventivas vigentes.

Tabela 6 -Preparação para emergências

1.5.6. Preparação para emergências 1.5.6.1	A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.
--	--

1.5.6.2	Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever: d) os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e e) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.
---------	---

Fonte: NR-01 (2022).

É imprescindível, que a instituição esteja preparada para situações de emergências. Deve-se definir, elaborar e conservar os processos de soluções e as circunstâncias emergenciais em conformidade com as eventualidades, particularidades das obrigações.

As situações emergenciais devem antecipar quais recursos indispensáveis para primeiros socorros, conduzir os acidentados e evacuação dos mesmos; assim como as normas necessárias para cenários emergenciais de grande escala quando adequado. A documentação prevista para o PGR-Programa de Gerenciamento de Riscos precisa incluir o inventário de riscos e o plano de ação. Essas documentações devem ser desenvolvidas pela instituição, considerando o que tem nas outras normas regulamentadoras, tendo data e assinatura.

Tabela 7- Documentação

1.5.7 Documentação	O PGR deve conter, no mínimo, os seguintes documentos: a) inventário de riscos; e b) plano de ação.
1.5.7.1	
1.5.7.2	Os documentos integrantes do PGR devem ser elaborados sob a responsabilidade da organização, respeitado o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados.
1.5.7.2.1	Os documentos integrantes do PGR devem estar sempre disponíveis aos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho.

Fonte: NR-01 (2022).

Os documentos do PGR têm que estar à disposição dos colaboradores ou seus líderes e para a inspeção de trabalho. O inventário de riscos ocupacionais deve conter todos as informações dos perigos existentes e das considerações sobre os riscos do trabalho, além do mais, deve conter algumas informações específicas como: a descrição dos processos das atividades e o local onde são realizadas; detalhamento das atividades; relato dos perigos e lesões, assim como relato dos riscos causados em detrimento dos perigos; agravamento da saúde dos colaboradores, com reconhecimento do foco ou das situações e quais categoria de profissionais que estão sujeitos aos riscos, bem como o relato das medidas preventivas que foram aplicadas; informações sobre a avaliação inicial e controle da mostra dos agentes físicos, químicos e biológicos, além da análise de ergonomia que se encontra na NR-17. A verificação dos riscos, abrangendo a classificação dos mesmos para desenvolver o plano de ação, os parâmetros aplicados para a análise dos riscos e para que se resolva as deliberações.

Tabela 8- Inventário de riscos ocupacionais

<p>1.5.7.3 Inventário de riscos ocupacionais</p> <p>1.5.7.3.1</p>	<p>Os dados da identificação dos perigos e das avaliações dos riscos ocupacionais devem ser consolidados em um inventário de riscos ocupacionais.</p>
<p>1.5.7.3.2</p>	<p>O Inventário de Riscos Ocupacionais deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações: a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho; b) caracterização das atividades; c) descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas; d) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17. e) avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação; e f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.</p>

1.5.7.3.3	O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado.
1.5.7.3.3.1	O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

Fonte: NR-01 (2022).

É importante ressaltar que o inventário de riscos deve ser atualizado num espaço de tempo de no mínimo 20 (vinte) anos ou pelo tempo necessário que a norma aponte. Dessa forma é imprescindível que as instituições da mesma maneira que determinam as atividades dos colaboradores, façam paralelamente operações a fim de aplicar as medidas preventivas, visando salvaguardar a saúde dos seus funcionários. O PGR deve englobar medidas preventivas para as empresas terceirizadas que trabalhem nos compartimentos da empresa ou no ambiente de trabalho antecipadamente por meio de acordo ou especificar os projetos das terceirizadas.

Tabela 9- Disposições gerais do gerenciamento de riscos ocupacionais

1.5.8 Disposições gerais do gerenciamento de riscos ocupacionais	Sempre que várias organizações realizem, simultaneamente, atividades no mesmo local de trabalho devem executar ações integradas para aplicar as medidas de prevenção, visando à proteção de todos os trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais.
1.5.8.1	
1.5.8.2	O PGR da empresa contratante poderá incluir as medidas de prevenção para as empresas contratadas para prestação de serviços que atuem em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato ou referenciar os programas de contratadas.
1.5.8.3	As organizações contratantes devem fornecer às contratadas informações sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

1.5.8.4	As organizações contratadas devem fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da contratante ou local previamente convencionado em contrato.
---------	---

Fonte: NR-01 (2022).

As empresas que contratam precisam disponibilizar aos funcionários terceirizados as explicações acerca dos riscos no ambiente de trabalho perante a sua administração para que possa sensibilizar os terceirizados ao executar as suas atribuições.

As entidades contratantes necessitam facilitar aos funcionários terceirizados o inventário de riscos do trabalho que seja exclusivo da sua atividade que são exercidas nos cômodos ou ambiente antecipadamente no acordo de trabalho.

Tabela 10- Capacitação e treinamento em Segurança e Saúde no Trabalho

1.7 Capacitação e treinamento em Segurança e Saúde no Trabalho	
1.7.1	O empregador deve promover capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o disposto nas NR.
1.7.1.1	Ao término dos treinamentos inicial, periódico ou eventual, previstos nas NR, deve ser emitido certificado contendo o nome e assinatura do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável técnico do treinamento.
1.7.1.2	A capacitação deve incluir: a) treinamento inicial; b) treinamento periódico; e c) treinamento eventual.
1.7.1.2.1	O treinamento inicial deve ocorrer antes de o trabalhador iniciar suas funções ou de acordo com o prazo especificado em NR.

1.7.1.2.2	O treinamento periódico deve ocorrer de acordo com periodicidade estabelecida nas NR ou, quando não estabelecido, em prazo determinado pelo empregador.
1.7.1.2.3	O treinamento eventual deve ocorrer: a) quando houver mudança nos procedimentos, condições ou operações de trabalho, que impliquem em alteração dos riscos ocupacionais; b) na ocorrência de acidente grave ou fatal, que indique a necessidade de novo treinamento; ou c) após retorno de afastamento ao trabalho por período superior a 180 (cento e oitenta) dias.
1.7.1.2.3.1	A carga horária, o prazo para sua realização e o conteúdo programático do treinamento eventual deve atender à situação que o motivou.
1.7.1.3	A capacitação pode incluir: a) estágio prático, prática profissional supervisionada ou orientação em serviço; b) exercícios simulados; ou c) habilitação para operação de veículos, embarcações, máquinas ou equipamentos.

Fonte: NR-01 (2022).

A instituição deve providenciar treinamentos e capacitação para os colaboradores seguindo a NR. Sempre aos finais dos treinamentos é necessário que seja expedido a certificação com nome e a assinatura do colaborador, com os tópicos abordados no treinamento, a quantidade de horas, dia, lugar onde ocorreu, nome dos preceptores e qualificação dos mesmos e a assinatura do técnico encarregado do treinamento. A preparação deve integrar um treinamento introdutório; um recorrente e um esporádico.

A capacitação introdutória deve ser realizada antes do colaborador começar as suas atividades, ou como determinado pela NR; a recorrente deve ser efetuada pelo espaço de tempo que a NR designar e caso não aponte, no período definido pela empresa. Já o treinamento esporádico deve ocorrer se possuir alteração nos mecanismos, modo ou execuções de trabalho, que provoquem variação dos riscos relacionados ao trabalho. Na situação de um acidente sério ou letal, que mostre o carecimento de um novo treinamento e depois do regresso a sua função por um tempo elevado a 180 dias.

A quantidade de horas, o período para a execução e o assunto programado para a capacitação esporádica dos colaboradores deve cumprir a conjuntura que a incentivou. O treinamento deve contemplar o estágio prático, o exercício profissional sendo acompanhado ou a diretriz em serviço. Deve-se fazer simulações ou aptidão para manipular veículos, equipamentos ou máquinas gasto nas capacitações.

Tabela 11- Tempo e certificação

1.7.2	O tempo despendido em treinamentos previstos nas NR é considerado como de trabalho efetivo.
1.7.3	O certificado deve ser disponibilizado ao trabalhador e uma cópia arquivada na organização.
1.7.4	A capacitação deve ser consignada nos documentos funcionais do empregado
1.7.5	Os treinamentos previstos em NR podem ser ministrados em conjunto com outros treinamentos da organização, observados os conteúdos e a carga horária previstos na respectiva norma regulamentadora. Aproveitamento de conteúdos de treinamento na mesma organização

Fonte: NR-01 (2022).

O tempo gasto nas capacitações existentes nas NR são classificados como de trabalho fixo. Os certificados são disponibilizados ao colaborador e uma reprodução do mesmo deve ser arquivada na instituição. O treinamento deve ser registrado nos registros do colaborador. É concedido o desenvolvimento de exercícios que estão localizados na NR juntamente com os demais treinamentos da instituição, atentando e analisando as temáticas e a hora determinada na norma.

Tabela 12- Capacitações

1.7.6	É permitido o aproveitamento de conteúdos de treinamentos ministrados na mesma organização desde que: a) o conteúdo e a carga horária requeridos no novo treinamento estejam compreendidos no treinamento anterior; b) o conteúdo do treinamento anterior tenha sido ministrado no prazo inferior ao estabelecido em NR ou há menos de 2 (dois) anos, quando não estabelecida esta periodicidade; e c) seja validado pelo responsável técnico do treinamento.
1.7.6.1	O aproveitamento de conteúdos deve ser registrado no certificado, mencionando o conteúdo e a data de realização do treinamento aproveitado.
1.7.6.1.1	A validade do novo treinamento passa a considerar a data do treinamento mais antigo aproveitado. Aproveitamento de treinamentos entre organizações. Os treinamentos realizados pelo trabalhador podem ser avaliados pela organização e convalidados ou complementados.

Fonte: NR-01 (2022).

Pode-se feito o aproveitamento dos assuntos daqueles treinamentos apresentados, devendo ser aplicado no certificado indicando o assunto e a quantidade de horas que ele foi efetuado. A sua eficácia vai ser vista a partir da data do antigo treinamento. Esses treinamentos serão examinados e verificados por meio da instituição. Se faz necessário que o treinamento seja validado ou acrescentado a depender da função exercida em seu antigo emprego e na nova organização, bem como o assunto e quantidade de horas cumpridas e obrigatórias, tal como que seu último treinamento tenha sido feito em um intervalo pequeno ao determinado pela norma.

Tabela 13- Treinamentos

1.7.7.1	A convalidação ou complementação deve considerar: a) as atividades desenvolvidas pelo trabalhador na organização anterior, quando for o caso; b) as atividades que desempenhará na organização; c) o conteúdo e carga horária cumpridos; d) o conteúdo e carga horária exigidos; e e) que o último treinamento tenha sido realizado em período inferior ao estabelecido na NR ou há menos de 2 (dois) anos, nos casos em que não haja prazo estabelecido em NR.
1.7.8	O aproveitamento de treinamentos anteriores, total ou parcialmente, não exclui a responsabilidade da organização de emitir a certificação da capacitação do trabalhador, devendo mencionar no certificado a data da realização dos treinamentos convalidados ou complementados.
1.7.8.1	Para efeito de periodicidade de realização de novo treinamento, é considerada a data do treinamento mais antigo convalidado ou complementado. Dos treinamentos ministrados na modalidade de ensino a distância ou semipresencial
1.7.9.1	O conteúdo prático do treinamento pode ser realizado na modalidade de ensino a distância ou semipresencial, desde que previsto em NR específica.

Fonte: NR-01 (2022).

2.6 RESPONSABILIDADE x DOENÇAS OCUPACIONAIS

As doenças ocupacionais são aquelas contraídas no exercício do trabalho. Segundo Costa (2009, p.89) “doenças ocupacionais são moléstias de evolução lenta e progressiva, originárias de causas igualmente gradativas e duráveis, vinculadas às condições de trabalho”. As doenças ocupacionais podem ser divididas entre doença de trabalho e doenças profissionais, podendo ser classificadas como acidente de trabalho.

Costa (2009, p.84) argumenta que:

Enquanto nas doenças profissionais o laborista está dispensado do ônus probatório, nas doenças do trabalho ou agravamento das mesmas esse ônus lhe é obrigatório. Isso porque embora exista a presunção de que ingressou em perfeitas condições de saúde, ou que apresentava determinada doença que não o impedia de trabalhar, deverá comprovar ter sido o ambiente laborativo que fez eclodir ou provocou o agravamento da doença ou perturbação funcional. É do obreiro o dever de comprovar a impossibilidade de se manter naquela mesma atividade, sob pena de ver a incapacidade aumentada, com previsibilidade razoável de sobrevir a incapacitação total e permanente.

Acidente de trabalho é aquele proveniente de riscos e doenças que podem ser prejudiciais na vida do profissional.

Na legislação o termo acidente de trabalho está descrito como acidente que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou profissão, causando lesões corporais, perturbação funcional, perda e redução da capacidade de trabalho, e até a morte do funcionário ou trabalhador (SANTOS, p.15, 2014).

As doenças mais vistas são as respiratórias, bem como as relacionadas aos riscos ambientais (físicos, químicos e biológicos), ergonomia e de acidentes. Por ser um local reservado, contribui para fontes de contaminação, já que agrega temperatura, iluminação e ruídos específicos.

Aparentemente, as instituições contratantes de bibliotecários apenas focalizam o resultado final do trabalho realizado, e não se preocupam com o processo durante sua execução. Ou seja, não se detém naquilo que é necessário, ergonomicamente, para o desenvolvimento das tarefas, que assegurem a sua realização com os menores riscos à saúde do profissional.(SOUZA, 2007,p.129)

O bibliotecário está sujeito a impactos na sua saúde, visto que isso pode dificultar o desenvolvimento das suas atividades, é importante ter uma noção do que lhe fará nocividade. A qualidade de vida tem sido um ponto de discussões, visto que atrapalha na produção e suas tarefas.

Para um breve entendimento temos como tipos de riscos:

Riscos ambientais:

- *físicos*: são representados por fatores ou agentes existentes no ambiente de trabalho que podem afetar a saúde dos trabalhadores, como: ruídos, vibrações, radiações, frio, calor, pressões anormais e umidade;
- *químicos*: são identificados pelo grande número de substâncias que podem contaminar o ambiente de trabalho e provocar danos à integridade física e mental dos trabalhadores, a exemplo de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias, compostos ou outros produtos químicos;
- *biológicos*: estão associados ao contato do homem com vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos e outras espécies de microrganismos.

Riscos ergonômicos: estão ligados à execução de tarefas, à organização e às relações de trabalho, ao esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, mobiliário inadequado, posturas incorretas, controle rígido de tempo para produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalho em turno e noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia, repetitividade e situações causadoras de estresse.

Riscos de acidentes: são muito diversificados e estão presentes no arranjo físico inadequado, pisos pouco resistentes ou irregulares, material ou matéria-prima fora de especificação, utilização de máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas impróprias ou defeituosas, iluminação excessiva ou insuficiente, instalações elétricas defeituosas, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos e outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

Faz-se necessário, estudar os riscos já que a biblioteca é um lugar frequentado por uma grande quantidade de pessoas, de vários cursos de graduação, mestrado e doutorado, podendo espalhar uma quantidade relativamente grande de bactérias, fungos, vírus e muitas outras espécies de microrganismos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é um estudo de caso qualitativo, tendo como questão de pesquisa: Como é realizado o gerenciamento de doenças e riscos ocupacionais que os bibliotecários estão expostos em uma biblioteca? Será aplicado um roteiro de entrevista semi-estruturado para averiguar o gerenciamento dos riscos e doenças em uma biblioteca vinculada à instituição pública de ensino superior.

Na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente; ela surge na experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, e na argumentação lógica das ideias. ” (MICHEL, 2015, p.40).

A pesquisa é de caráter exploratório que, segundo Michel (2015), caracteriza-se quando o pesquisador busca referências bibliográficas sobre o assunto, para que se detecte informações e contribuições para definir os objetivos, indicar o problema e apontar as definições do referencial teórico.

Etapa 1: Coleta de dados

Em um primeiro momento, foi feito o levantamento bibliográfico, nas bases de dados como a BRAPCI, Portal CAPES, SCIELO e Google Acadêmico, acerca da temática que foi abordada. Depois, realizou-se a separação dos artigos por assunto, primeiramente os que são sobre o ambiente de trabalho que é a biblioteca e em seguida os que são sobre riscos e os de doenças, e por fim separar por ambos os assuntos.

Ademais, foi feita uma análise da NR-01 que mais se encaixam nesse contexto de riscos e doenças no ambiente profissional. Foi elaborado também um roteiro de entrevista semi-estruturado que está localizado no apêndice, sobre gerenciamento de riscos, assim como saber se há a implementação de alguns programas, como o PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, além de perguntas relacionadas a doenças e riscos ocupacionais a fim de conhecer a realidade sobre seus aspectos e gerenciamento.

Posteriormente, foi aplicado o roteiro de entrevista semi-estruturado aos bibliotecários da biblioteca pública de ensino superior, a fim de investigar a percepção destes sobre as questões referentes ao gerenciamento de doenças e riscos ocupacionais, de acordo com os

elementos postos na literatura especializada. O instrumento de coleta de dados foi construído a partir dos elementos apontados na NR - 01 que fala sobre as disposições gerais e gerenciamento de riscos. Todos os bibliotecários daquela unidade foram convidados a participar da pesquisa que ocorreu pessoalmente, tendo participado 4 dos 5 profissionais, foi acordado que seus nomes não constarão no trabalho, a fim de manter o anonimato. A participação espontânea dos respondentes são critérios próprios da pesquisa qualitativa (MERRIAM, 1998).

As entrevistas foram realizadas no mês de agosto, na própria unidade de informação, no horário de trabalho dos profissionais e gravadas por meio de áudios com o consentimento dos participantes. Posteriormente foram transcritas e compuseram um documento único que serviu de base para a análise.

Etapa 2: Análise dos dados

A análise das entrevistas seguiu o método da pragmática da linguagem, tal como proposto por Mattos (2005). O autor entende que a entrevista é uma forma especial de conversação, de modo que, é importante perceber o efeito que cada situação durante a conversação cria no outro e a forma que isto influencia na sua resposta. Seguindo a proposta deste autor, será feita a análise do contexto pragmático do diálogo, com o intuito de avaliar como as entrevistas tiveram seu desenrolar e que possíveis acontecimentos, durante esta ação, mereceram destaque. Este procedimento possibilita ao entrevistador a exploração mais ampla dos elementos estudados, pois permite maior autonomia na condução do diálogo, para entrever significados implícitos do seu discurso sobre a sua prática gerencial (MATTOS, 2005).

Após as análises realizadas, foram discutidos os achados com a literatura especializada. Por fim, foram tecidos comentários nas considerações finais.

4 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

4.1 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em concordância com a literatura, o gerenciamento de riscos significa fazer a gestão de forma planejada dos riscos, com práticas acerca da segurança do trabalho, planejando ações, visando apontar possíveis problemas e abordar suas possíveis contramedidas. Observou-se, que os entrevistados não possuem conhecimento sobre o processo de gerenciamento de riscos na biblioteca estudada. Os relatos abaixo apontam uma falta de informação acerca da segurança do trabalho.

Nunca ouvi falar sobre gerenciamento de riscos na universidade (Entrevistado A).

Gerenciamento de riscos é uma visão geral que eu tenho, é mais um conhecimento de mundo mesmo, não é um conhecimento da empresa (Entrevistado B).

Na verdade, a gente não tem nenhum programa de gerenciamento de riscos não, aqui na universidade, até o momento não (Entrevistado C).

Eu sei que há uma normatização norteadora sobre procedimentos de segurança, mas eu não fiz uma leitura aprofundada, nem participei de discussões na instituição (Entrevistado D).

De acordo com a Norma Regulamentadora 01, cabe ao empregador inteirar o seu colaborador acerca do assunto “segurança do trabalho”, englobando os riscos provenientes do ambiente de trabalho, quais as medidas preventivas empregadas pela instituição para que o risco se extinga ou diminua, além de disponibilizar as apurações sobre as considerações ambientais feitas no ambiente profissional. Compete aos colaboradores o uso do equipamento individual; cabe aos empregadores desenvolver orientações de serviços de segurança e saúde do trabalho, além de viabilizar à perícia do trabalho qualquer conhecimento referente à saúde e segurança.

Concerne aos chefes implantar medidas preventivas, ouvir os colaboradores, seguindo o esquema de preferência determinada pela norma; extinção dos elementos de risco; reduzir e

monitorar os fatores de risco, adotando medidas coletivas e individuais, assim como medida administrativas, tal como de gestão do trabalho.

É importante que a instituição aplique a saúde e segurança do trabalho para que se preserve o bem-estar dos colaboradores, bem como os mesmos tenham o conhecimento acerca do assunto para que colaborem juntamente com a instituição para o seu próprio desenvolvimento e dos seus colegas de trabalho.

4.2 RISCOS OCUPACIONAIS

Em conformidade com a norma regulamentadora, os riscos ocupacionais são riscos decorrentes do ambiente insalubre do trabalho, que podem ocasionar em doenças. É necessário que se aplique a saúde e segurança, para que se evite os riscos. Os relatos apurados declaram de forma superficial o conhecimento sobre riscos ocupacionais, que em qualquer trabalho existem de forma extensa. Observou-se, que os entrevistados não têm muito conhecimento acerca dos riscos e se tornam preocupantes. Como percebemos abaixo que os relatos são superficiais.

A gente considera geralmente a biblioteca um lugar muito tranquilo em relação a acidentes se for comparar com alguns setores que têm objetos perfurantes, coisas muito escada e essas coisa, mas a biblioteca não deixa de ter riscos né nós trabalhamos num ambiente hoje , que só tem uma saída de emergência e a gente trabalha com estantes que às vezes são estão danificadas, cadeiras danificadas, a gente às vezes carrega peso, isso pode causar algum risco de acidente e um ambiente às vezes muito insalubre porque tem muitos livros e materiais antigos velhos.(Entrevistado A)

Você pode pegar uma infecção, um fungo, você pode sofrer uma lesão, você pode, aqui pode haver um incêndio e ninguém aqui tem treinamento, então isso é um risco muito latente aqui dentro da biblioteca, fora que a gente trabalha com muita poeira, muito livro, como eu falei fungo, então acho que são esses os riscos mais evidentes que a gente corre aqui dentro da biblioteca. (Entrevistado B)

Pode existir questão de incêndio, por exemplo, ter um incêndio na biblioteca, aí a gente, só temos uma saída de emergência, que é para ter mais de uma, isso é uma coisa assim de suma importância, né dentro da unidade de informação, tem que ter mais de uma saída de emergência, então isso aí já foi até solicitado essa saída de emergência, mas ainda não foi feito aqui, espero que o mais breve possível seja realizado, criada essa nova saída de emergência. (Entrevistado C)

Observo que tem riscos né, que pode ter um alcance coletivo como incêndios, por exemplo, e outros que podem ser mais de atenção individualizada né, de cada servidor, como o uso dos EPI's. (Entrevistado D)

A norma regulamentadora dá ênfase na seriedade do assunto que é a saúde e segurança do trabalho. Os riscos ocupacionais são divididos em riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidente. Estes se subdividem em diversos outros que podem prejudicar a saúde do profissional.

É necessário que se tenha um conhecimento prévio das doenças e riscos para aplicarem por estabelecimento, a administração desses riscos nas tarefas exercidas. Por este motivo, essa gestão deve conter um programa de gerenciamento de riscos e ele pode ser assistido por organizações de controle, por tanto que elas cumpram os requisitos da norma.

É imprescindível, que a instituição promova palestras, cursos, semanas internas de prevenção de acidente, semana do meio ambiente para que se tenha um conhecimento básico sobre os tipos de riscos e doenças, que englobam todos os colaboradores para reforçar e incentivar os profissionais a se conscientizarem acerca de um assunto tão importante e essencial para todos os funcionários.

4.3 CIPA

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, é um comitê de medidas preventivas constituído por membros indicados pelos empregadores e pelos colaboradores. Os entrevistados não sabem ou não ouviram falar sobre essa comissão na instituição, algo que deveria ser de interesse dos colaboradores. É de suma importância uma conscientização e palestras, além da implementação das mesmas.

Nota-se, a falta de informação dos participantes da pesquisa, além da falta de preparo e instrução dos mesmos acerca da saúde e segurança do trabalho, não existe informações, nem explicações por parte da empresa, como mostramos abaixo:

Olha, eu já ouvi falar aqui na universidade sobre essa sigla CIPA, mas foi por alto, não sei detalhes, não sei é, eu acredito que já foi implantado, mas eu não sei falar sobre esse assunto só ouvir falar por alto. (Entrevistado A)

Então, eu não tenho conhecimento sobre essa comissão e nem acho que eles têm em andamento, do meu conhecimento não tem. (Entrevistado B)

Olha, eu desconheço totalmente com relação a isso. Bem, o que falta é esclarecimento sobre esse processo né, que a gente não tem. (Entrevistado C)

Eu não tenho esclarecimentos sobre esse procedimento na instituição. (Entrevistado D)

Com o entendimento da norma, percebe-se que a instituição que houver mais de vinte trabalhadores deve constituir uma CIPA. A organização deve sondar com os trabalhadores segundo o entendimento dos riscos, sendo capaz de aderir exteriorizações da CIPA, caso haja e repassar os riscos averiguados no inventário de riscos juntamente com os indicadores do PGR. A norma específica que detalha a CIPA é a NR-05, que deve ser tratada caso haja a necessidade.

4.4 PLANO DE AÇÃO

É de suma importância, a existência de um plano de ação para que os parâmetros de prevenção sejam indicados para sua devida inserção, sendo aperfeiçoados ou conservados. Constatou-se que só se comenta em plano relacionado ao covid-19 e nem todos falaram sobre. O que se deduz é que falta a disseminação de informação acerca do plano de ação como se repara abaixo.

No período da pandemia, que foi passado um plano, protocolos de como a gente deveria agir e se comportar em relação ao ambiente de trabalho, mas só no período da pandemia. (Entrevistado A)

Não existe um plano de ação, na verdade, é como eu falei tudo que a gente sabe sobre a prevenção é um conhecimento de mundo. (Entrevistado B)

Quando retornamos para gente começar realmente a trabalhar na biblioteca aí a gente foi, teve um esclarecimento da questão sobre do uso de equipamentos de segurança. (Entrevistado C)

Eu não tenho conhecimento também do plano de ação institucional, a respeito de segurança. (Entrevistado D)

Segundo a norma, é necessário um acompanhamento desse plano e a verificação dos resultados, além da elaboração e seguir as medidas preventivas, sempre indicando nos documentos. Os desenvolvimentos das medidas de segurança devem ser traçados de forma que agregue conferência do cumprimento das atividades organizadas, além de vistorias dos ambientes e das ferramentas utilizadas no ato do trabalho. O acompanhamento ambiental e a

evidenciação dos agentes prejudiciais à saúde devem ser reforçados. Os fatores preventivos, caso não sejam adequados, devem ser retificados.

É importante, que a norma seja seguida para que se façam os indicadores necessários para aplicação do plano de ação com intuito de promover de outra forma a saúde e segurança do trabalho em instituições públicas.

4.5 EPI x EPC x INFORMAÇÃO x ACOMPANHAMENTO

Os equipamentos de proteção individual e coletiva são de extrema importância para os profissionais da informação, estes que estão sujeitos a mudanças adversas de temperatura, a vírus e bactérias provenientes dos materiais, bem como dos livros, assim como o manuseio de diversas pessoas. Nota-se, a falta de EPI, por meio da instituição e a carência de conhecimento sobre esses equipamentos essenciais para prevenção de doenças.

Olha o que eu vejo aqui desse tipo de material é só luva e máscara é o que são fornecidos para os funcionários. (Entrevistado A)

Então a gente tem aqui como EPI, a gente tem luvas, tem máscaras, e eles são usados no contato com o material do dia a dia, o que pode estar infectado o que pode causar algum tipo de fungo, algum tipo de contaminação, então a gente usa nesses processos, basicamente são só esses e a prevenção coletiva é o que eu tô falando, o conhecimento. (Entrevistado b)

Bem durante a pandemia quando retornamos à biblioteca né, a gente teve que usar máscaras né, protetores faciais né, isolamento das mesas de acordo com o ambiente, número de alunos que a gente limitou, eram 10 alunos por período, a gente utilizou isso. (Entrevistado c)

Luvas e máscaras eu acho que são os dois EPI 's que a gente vê com mais frequência né, e eu acho que o que a gente mais utiliza na biblioteca e de fato não tem é, eu não vi no almoxarifado, equipamentos, máscaras mais potentes. (Entrevistado D)

Existe uma norma específica para o EPI, que é a NR-06, mas na Nr-01 também é tratado a importância dos equipamentos de proteção individual e coletiva, pois se fala das diretrizes gerais sobre a segurança do trabalho. Os equipamentos são outras medidas a serem adotadas após impossibilidade do sistema. É necessária a disponibilidade do EPI e EPC por meio da instituição, juntamente com o C.A - Certificado de Aprovação, para garantia da qualidade do equipamento.

Os colaboradores devem se inteirar sobre a acessibilidade às ferramentas que os protegem de riscos ocasionados no trabalho, sempre solicitá-las quando necessário e que a instituição sempre acompanhe a entrega dos equipamentos, o uso e o desgaste do mesmo.

Olha, a gente usa se quiser, é algo assim que é indicado usar, mas não tem um acompanhamento ou observação. (Entrevistado A)

Tenho pouco tempo na universidade, não houve essa informação, não houve nenhum tipo de direcionamento, não houve nenhum tipo de preocupação em relação a isso. (Entrevistado B)

Quando a gente retornou para a biblioteca, aí a gente, a diretora do centro ela deu orientações assim sobre em relação ao uso dos equipamentos e como a gente deveria utilizá-los aqui no ambiente. (Entrevistado C)

A gente sempre faz orientação das atividades técnicas para o uso das máscaras e das luvas. (Entrevistado D)

A segurança não é muito repassada e nem mesmo presente para a unidade de informação. Foi notada inconsistência nas respostas, pois não há um monitoramento do uso dos equipamentos individuais e coletivos.

Assim eu não vejo um monitoramento exato, é a gente usa os equipamentos, por responsabilidade pessoal, mas não existe nada assim monitoramento em relação a quem usa e quem não usa, fica muito solto a gente não é obrigada a usar aqui não. (Entrevistado A)

Não há esse acompanhamento, eu acho que o fato de ter os EPI's já é uma coisa positiva, mas esse acompanhamento, essa questão da segurança ela não existe. (Entrevistado B)

Foi muito precária aqui a questão do uso de equipamentos, porque tinha lugares que não tinha álcool, tinha lugares que não tinha luva, tinha lugares que não tinham máscara e a gente tinha que trazer máscara de casa né, aconteceu muito aqui na biblioteca. (Entrevistado C)

A gente sempre reforça o uso desses dois principais elementos aqui na biblioteca no manuseio realmente desse material mais insalubre. (Entrevistado D)

Importante que se tenha a adoção de medidas coletivas e medidas de proteção individual, segundo a NR-01, o colaborador deve desempenhar as resoluções das normas sobre

saúde e segurança, bem como as atividades determinadas pelo empregador, além de realizar os exames definidos pela NR. Também, se faz necessário apoiar com o cumprimento da NR e fazer utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva.

4.6 MONITORAMENTO E MEDIDAS PREVENTIVAS

O foco dos entrevistados era em situações de riscos específicos, como o da COVID-19, mas isso não deve ser considerado apenas para coisas específicas, pois pode-se haver um risco a qualquer momento em uma biblioteca, como um princípio de incêndio, conforme relatos abaixo, já houve vários casos sobre incêndio em bibliotecas federais públicas de ensino superior, como o que ocorreu do Museu Nacional (GLOBO, 2018). Também pode haver infecção por fungos e bactérias que está mais detalhado na NR-09(Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos); assim como doenças e riscos causados em relação à ergonomia- NR 17(Ergonomia). É importante salvaguardar a vida dos colaboradores, independentemente do risco. Deve-se ser passado a informações sobre segurança, independente das atividades exercidas, pois em qualquer profissão haverá riscos que podem desencadear uma doença.

Nunca participei de nenhum treinamento. Eu já vi alguns cursos e que tinha um que era de primeiros socorros, que foi até enviado essa lista de cursos pela Biblioteca Central, mas não houve incentivo. (Entrevistado A)

Aqui a gente tem um setor que é de infraestrutura, esse setor de infraestrutura, ele poderia fazer uma prevenção, mas não é o que acontece. (Entrevistado B)

Não, realmente não tem, não vejo isso aqui, tô aqui há um bom tempo e não vejo isso aqui. (Entrevistado C)

A gente sempre reforça o uso desses dois principais elementos aqui na biblioteca no manuseio realmente desse material mais insalubre. (Entrevistado D)

O controle dos riscos é de grande relevância em instituições, pois visa inspecionar as atividades para delimitar os riscos. As medidas preventivas servem de assistência aos colaboradores para se protegerem de agentes nocivos, lesões e agravos à saúde do trabalhador. Essas medidas devem ser controladas, acompanhadas e definidas para resultados positivos.

A administração da saúde dos profissionais da informação deve ser um sistema idealizado e projetado conforme a classificação de riscos e a NR-07 (Programa de controle médico e ocupacional). É indispensável examinar os acidentes e doenças ocupacionais para quando for necessário retificar as medidas preventivas. As especificações sobre doenças e riscos estão representadas na NR-09 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos).

4.7 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS DE EMERGÊNCIA

Na apuração das respostas, observou-se falta de informação e de recursos de primeiros socorros. A comunicação entre a unidade de informação e o centro onde ela se encontra é falha e não há instrução, nem recursos de primeiros socorros.

Ademais, falta qualificação e treinamento entre os profissionais da informação e até da própria biblioteca acerca de primeiros socorros, para um atendimento é necessário chamar o SAMU.

Olha aqui na biblioteca eu nunca ouvi falar que tivesse assim kit de primeiros socorros na universidade, aqui no centro eu nunca ouvi falar, o que eu vejo das vezes que teve algum acidente eu vejo muito o pessoal chamar SAMU. (Entrevistado A)

Bem básica mesmo, um passando para o outro: a ta tendo , avisando para que a gente evacuasse o prédio, não houve aquela, não houve nenhum procedimento , não houve nenhuma informação.(Entrevistado B)

Kit de primeiros socorros não existe né, a gente aqui realmente chama o SAMU para algum aluno que passar mal ou até um funcionário mesmo. (Entrevistado C)

Não temos atualmente, orientações sobre os procedimentos formais, mas sabemos que há um setor no centro de educação com um kit de primeiros socorros. (Entrevistado D)

A instituição deve determinar e adotar mecanismos de resposta às situações de emergência, conforme os riscos e as tarefas realizadas. Os meios de retorno das eventualidades precisam antever quais artifícios são fundamentais para os primeiros socorros, as vias de direcionamento dos acidentados e qual a maneira essencial para acidentes de larga escala.

4.8 TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES

Há uma falta de interesse e de incentivo da instituição e dos colaboradores acerca de treinamentos e capacitações. Existe uma escassez quanto a palestras, cursos que auxiliem e informem os colaboradores sobre quais os riscos existentes no ambiente do trabalho, como se classificam, como lidar, quais equipamentos utilizar. Mesmo com a evolução das doenças e dos riscos, não se tem uma preocupação inicial a respeito do assunto.

Nunca participei de nenhum treinamento em relação a isso, eu já vi alguns cursos e que tinham um que era de primeiros socorros, foi até enviado essa lista de cursos pela biblioteca central, assim não é uma coisa obrigatória, nem teve nenhum incentivo, nem estímulo para os funcionários participarem. (Entrevistado A)

Então, não há esse treinamento pelo menos no tempo que eu tô aqui. Não me parece que é uma preocupação da universidade. (Entrevistado B)

Não, na verdade, a gente não teve nenhum treinamento aqui na área de segurança e saúde não, nada mesmo, nunca teve. (Entrevistado C)

Na biblioteca a gente não tem orientação técnica é de profissional né para esses procedimentos para lidar com o risco, mas a gente já solicitou formalmente né um treinamento a coordenação de infraestrutura por que ela faz o contato com o setor de segurança. (Entrevistado D)

A organização tem obrigação de proporcionar capacitações e treinamentos aos seus colaboradores, consoante a norma, bem como fazer a entrega de certificados referentes às capacitações. É necessário que se faça um treinamento inicial, periódico e esporádico a depender da atividade desempenhada por cada profissional, como por exemplo um profissional da informação que exerce a conservação e restauração dos livros e documentos vai estar sujeito a um risco específico do que aquele que trabalha com o público, por isso tem a necessidade de haver treinamentos e capacitações diferentes para realizar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, é imprescindível, que as instituições públicas apliquem o uso das normas regulamentadoras a fim de salvaguardar e proteger a saúde dos profissionais da informação. Percebe-se que há um déficit na segurança do trabalho na unidade, tanto de conhecimento, quanto de aplicação dessas normas. As entrevistas revelam a falta de entendimento acerca de doenças e riscos ocupacionais. Um dos objetivos deste trabalho foi analisar a percepção dos bibliotecários a respeito dos riscos e doenças eminentes na unidade, como constatou-se a carência de informação sobre esse assunto, cabe os líderes da biblioteca olharem com mais interesse e seriedade para esta temática que é de grande dimensão para a instituição.

Ademais, em estudos futuros deve-se fazer o detalhamento desses riscos e doenças, a fim de que os profissionais compreendam a gravidade do assunto. É válido que se inclua na grade curricular do curso, disciplinas obrigatórias acerca do tema em questão, pois de acordo com o conhecimento percebido pelos bibliotecários pode estar havendo uma deficiência na formação destes.

Outrossim, as instituições que agregam essas unidades informacionais têm que se ater mais a respeito desse assunto, para poder passar instruções eficazes aos seus colaboradores.

Observa-se a necessidade de fornecer e administrar treinamentos e capacitações de forma obrigatória, para que os colaboradores participem de fato e possam contribuir com a segurança do trabalho nas suas bibliotecas. Também é importante o acompanhamento do uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva para que se evite um contágio, um acidente, e até mesmo doenças que possam ser transmitidas pelos agentes deteriorantes presentes nos materiais, tal como doenças decorrentes de lesões e de acidentes.

O monitoramento das medidas preventivas e o controle de riscos que fazem parte do gerenciamento dos riscos deve ser aplicado adequadamente para a eliminação e redução dos mesmos, buscando sempre proteger a saúde dos profissionais da informação. O bem-estar dos colaboradores é acometido por essas doenças e riscos, da mesma forma que os livros sofrem pelos agentes de deterioração, caso não sejam feitas as prevenções adequadas, causando além de lesões e eventos prejudiciais à segurança do indivíduo. Além disso, vale salientar que na unidade estudada foi relatado que só havia apenas uma saída de emergência em toda a setorial.

Outro ponto relevante se relaciona a perda informacional, que pode ser provocada por incêndios. Apesar de um grande volume de dados estar nas bases de dados e existir um backup realizado pelas unidades, há um grande volume de livros que podem ser perdidos se o incêndio tomar grandes proporções.

Diante disso, julga-se necessário, haver fiscalizações nas instituições em Saúde e Segurança do Trabalho, para que se aplique multas naquelas organizações que não estão empregando a devida segurança nas suas unidades de trabalho. É importante que sejam feitas capacitações acerca da proteção contra incêndio e de primeiros socorros, bem como palestras sobre riscos ambientais, ergonômicos e de acidentes.

Visto que houve limitações neste trabalho por causa do conteúdo escasso das entrevistas e pela falta de conhecimento dos bibliotecários, só foi tratado sobre a NR-01 e não foi possível aprofundar outras normas regulamentadoras. É fundamental que sejam realizados estudos futuros acerca desses riscos e das doenças que podem surgir no ambiente da unidade informacional.

REFERÊNCIAS

- ARABIDIAN, L. V.; SAAD, D. S. **Avaliação da biodeterioração e das condições ambientais no acervo da coleção de teses e coletânea da biblioteca central da universidade federal de santa maria.** Informação & Sociedade: Estudos. Vol. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93210>. Acesso em: 03.mai. 2023.
- BLATTMANN, Ursula; BORGES, Ilma. **Ergonomia em Biblioteca: avaliação prática.** Revista ACB. Santa Catarina, Vol. 3, n. 3, p. 47-64. 2005. ISSN: 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/327/384>. Acesso em: 09 set. 2022.
- CASSARES, Norma C.; MOI, Claudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.
- FONSECA JÚNIOR, L. C.; CARVALHO, A. V.; ALVES, D. E. **Condições de conforto ambiental para usuários: estudo de caso realizado na biblioteca central zila mamede/ufrn.** Revista Informação na Sociedade Contemporânea. Rio Grande do Norte. Vol. 1, n. 3., p. 1-21, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/65994>. Acesso em: 03 maio 2023.
- GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo. Vol. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- MATTOS, Pedro Lincoln C. L. **A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise.** RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. vol. 39, n. 4. p. 823-846 2005. ISSN: 0034-7612 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241021497001>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- MERRIAM, S. **Designing the Study and Selecting Sample. Qualitative Research and Case Study Application in Education.** San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde.** Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/saude-e-seguranca-no-trabalho/#!>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- MORI, Letícia. **Impunidade: 5 grandes tragédias brasileiras em que ninguém foi responsabilizado criminalmente.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206026>. Acesso em: 16 abril 2019.
- PATTON, M. **Qualitative Research and Evaluation Methods.** 3ª ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- PEIXOTO, Neverton Hofstadler. **Segurança do trabalho.** Santa Maria: Universidade Federal Santa Maria: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011.
- PORTAL DO BIBLIOTECÁRIO. **BIBLIOTECA e bibliotecário ao longo da história.** Portal do bibliotecário. Disponível em: <https://portaldobibliotecario.com/biblioteconomia/biblioteca-bibliotecario-historia/>. Acesso em: 29 maio 2019.

RAMOS, M. C. **Insalubre pela própria natureza: a biblioteca e os riscos à saúde do profissional da informação.** Informação@Profissões. Vol. 10, n. 1, p. 83-98, 2021. DOI: 10.5433/2317-4390.2021v10n1p83. Acesso em: 28 abr. 2022.

SILVA, A. A. **A ergonomia e o ambiente de trabalho: reflexões sobre as contribuições ergonômicas em bibliotecas.** Informação & Sociedade: Estudos. Vol. 18, n.3, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92530>. Acesso em: 03 maio 2023.

SOUZA, K. P. **Biblioteca universitária: análise de riscos.** RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. São José dos Campos. Vol.17, p. , 2019. DOI: 10.20396/rdbci.v17i0.8653319. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8653319>. Acesso em: 29 abr. 2022.

TORRES, Livia; RODRIGUES, Matheus; TOLEDO, Nathalia; ABREU, Ricardo; TELES, Lilia. **Incêndio na Quinta da Boa Vista.** G1, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2023.

Um retrato do descaso com a cultura e a pesquisa no Brasil. Jornal da USP, São Paulo, 03 de setembro de 2018. Atualidades. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/especialistas-da-usp-avaliam-perda-com-incendio-do-museu-nacional/>. Acesso em: 30 de maio 2019.

WEBSTER, Marcelo Fontanella et al. **Um modelo de melhoria contínua aplicado à redução de riscos no ambiente de trabalho.** 2001.

WIKIPÉDIA. **Biblioteca de Alexandria.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca_de_Alexandria#Inc%C3%AAndio_acidental_por_Julio_C%C3%A9sar. Acesso em: 25 maio 2019.

WELLICHAN, D. S. P.; SANTOS, M. G. F. **Qualidade de vida em bibliotecas: como a ergonomia e a ginástica laboral contribuem para rotinas mais saudáveis nas bibliotecas universitárias.** Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. Vol. 22, n. 3, p. 611-625,2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71902>. Acesso em: 03 maio 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

- 1- O que você conhece sobre o programa de gerenciamento de riscos (risco de incêndio, acidente, alergia), houve algum diálogo, ou treinamento sobre essas questões?
- 2- Quais os riscos que você acha que pode existir numa biblioteca?
- 3- Foi estabelecida uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)? Se não, quais são os elementos que estão dificultando esse processo?
- 4- Você tem conhecimento sobre plano de ação para lidar com os riscos?
- 5- Quais são os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC) utilizados e quais são as etapas do trabalho que eles são utilizados?
- 6- Como se deu o processo de informação aos colaboradores sobre a utilização de EPI e EPC?
- 7- Como se dá o acompanhamento do uso de equipamento de proteção individual pela organização e como é que a organização se porta com aqueles colaboradores que não fazem uso desse equipamento?
- 8- Como se dá o monitoramento das medidas de prevenção?
- 9- Como se dão os procedimentos para lidar com emergências que ocorrem na biblioteca, ou seja, se há um atendimento médico, um kit de primeiros socorros, ou outros instrumentos que possam dar suporte no momento do ocorrido?
- 10- Quais treinamentos e capacitações são realizados juntos aos colaboradores sobre os treinamentos de saúde e segurança do trabalho, de acordo com os riscos do trabalho?